

OS PRIMEIROS PROFESSORES DE LÍNGUA INGLESA DO SÉCULO XIX: LUTAS PELA VALORIZAÇÃO DO IDIOMA

THE FIRST ENGLISH LANGUAGE TEACHERS OF THE NINETEENTH CENTURY: STRUGGLE FOR THE LANGUAGE VALORIZATION

LOS PRIMEROS PROFESORES DE LENGUA INGLESA DEL SIGLO DIECINUEVE: LA LUCHA POR VALORAR LA LENGUA

Elaine Maria Santos

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil. *E-mail:* elainemaria@academico.ufs.br

Resumo: O presente artigo tem como objetivo principal relacionar a trajetória de três professores de língua inglesa do século XIX com o processo de institucionalização do ensino da língua inglesa, frente à hegemonia francesa. Para tanto, os pressupostos da Nova História Cultural foram utilizados, privilegiando-se de fontes diversas, como documentos oficiais, jornais oitocentistas e prefácios de compêndios publicados pelos professores selecionados. Os achados da pesquisa nos mostram que as lutas enfrentadas pelos docentes tiveram grande importância para a consolidação de um campo de trabalho em momentos diferentes do século XIX, levando-se em consideração que o francês ocupava um papel hegemônico no que se refere ao ensino de línguas vivas.

Palavras-chave: ensino de inglês, período oitocentista, história das disciplinas.

Abstract: The main objective of this article is to relate the trajectory of three 19th century English language teachers to the process of institutionalizing English language teaching, in the face of French hegemony. To this end, the assumptions of the New Cultural History were used, favoring different sources, such as official documents, 19th century newspapers and prefaces of the compendiums published by the selected teachers. The research findings show us that the struggles faced by teachers were of great importance for the consolidation of a field of work at different times of the 19th century, taking into account that French played a hegemonic role with regard to language teaching.

Keywords: english teaching, nineteenth century, disciplines history.

Resumen: El objetivo principal de este artículo es relacionar la trayectoria de três profesores de inglés Del siglo XIX con el proceso de institucionalización de la enseñanza del idioma inglés, frente a la hegemonía francesa. Con este fin, se utilizaron los supuestos de la Nueva Historia Cultural, favoreciendo diferentes fuentes, como documentos oficiales, periódicos Del siglo XIX y prefacios a compendios publicados por los profesores seleccionados. Los resultados de la investigación nos muestran que las luchas que enfrentaron los maestros fueron de gran importancia para la consolidación de un campo de trabajo en diferentes épocas del siglo XIX, teniendo en cuenta que el francés desempeñó un papel hegemónico con respecto a la enseñanza de idiomas.

Palabras clave: enseñanza del inglés, siglo diecinueve, historia de las disciplinas.

INTRODUÇÃO

Ao analisar o ensino de língua inglesa no século XIX, é importante investigar as jornadas dos professores de inglês em suas lutas por espaço, uma vez que a supremacia francesa fazia com que houvesse pouco interesse pelo estudo do inglês. Diante de um cenário que privilegiava a língua de Luiz XIV e a busca pela ostentação aos moldes dos salões de festas franceses, a língua inglesa não era vista como interessante ou importante, não tinha o requinte da sua oponente e não atraía a mocidade da época. Mesmo diante de um cenário desfavorável, o inglês conseguiu um espaço entre as línguas vivas e, nesse processo de consolidação da língua inglesa, um destaque especial deve ser dado aos professores, suas histórias de luta e os livros produzidos por eles, com seus prefácios e tentativas de convencimento da população da importância em se investir nessa língua, ainda considerada inferior.

As histórias de vida dos professores do período oitocentista reproduzem as lutas verificadas pela manutenção da profissão docente, diante do domínio francês, ou pela ampliação do espaço já conseguido, como é o caso do professor Phillippe Maria da Motta de Azevedo Corrêa, que, com a influência adquirida na década de 70, foi escolhido para liderar uma delegação de instrução pública aos Estados Unidos e Inglaterra.

Para que possamos ter uma ideia do papel desses professores para a história do ensino da língua inglesa, foram selecionados três professores, sendo o primeiro o tenente Eduard Colville, e o seu percurso com o ensino de língua inglesa na Academia Militar; Guilherme Tilbury, e a luta pela manutenção do cargo de professor público, após ter sido destituído sem nenhuma explicação; e Harben Lafayette Jasper, e a sua vida como professor de inglês, diretor de externato e administrador de jornal.

Para a análise proposta nesse artigo, foi essencial os estudos sobre a Nova História Cultural, de modo que, amparados na pesquisa de Hunt (1992), tornou-se cada vez mais necessária a associação entre os estudos de cultura e os da linguística. Não há como analisar processos históricos no campo da educação, sem que as fontes sejam tratadas com o auxílio dos pressupostos da linguagem. Assim, a linguística pode ser importante para esse estudo, devendo-se ter o cuidado com a análise do modo pelo qual as palavras e os discursos são empregados. A valorização do pesquisador como sujeito ativo nas pesquisas em história da educação, respeitando a sua voz e o seu olhar, conforme defendido pela história cultural, também norteou os caminhos traçados nessa pesquisa. Para Hamilton (2001, p. 48), os escritos históricos não são nem abstratos e nem lineares e podem dar respostas a inquietações contemporâneas. “Constituem um diálogo entre o presente e o passado. Assim, a história cultural deve destacar essa dialética. Mais ainda, deve encontrar caminhos para reconhecer, e até celebrar, a existência desse diálogo, a reflexividade explícita do autor”.

O conceito de campos, trazido por Bourdieu (1996), foi de grande importância para a análise desenvolvida, principalmente o de campo intelectual e campo social, uma vez que são perceptíveis as lutas entre os professores que ensinavam o inglês com todo o imaginário social de que o francês deveria ser valorizado, em detrimento da língua inglesa. Para Bourdieu (1996), os fatos sociais a serem analisados devem estar respaldados em uma investigação que insere as características de quem será analisado (no caso os professores), a posição que essa pessoa ocupa na estrutura da situação em análise, de modo que esse campo intelectual pode ser identificado, na medida em que são perceptíveis linhas de forças que se opõem e também se agregam, em um mesmo lugar e momento. No caso específico, são analisados, de forma contínua, os discursos dos professores de inglês do século XIX, dos jornais oitocentistas sobre o ensino e as gramáticas produzidas, dos legisladores, a partir das leis promulgadas. O estudo dessas forças nos ajudam a compreender “[...] as estratégias dos produtores, a forma de arte que defendem, as alianças que estabelecem, as escolas que fundam e isso por meio dos interesses específicos que aí são determinados” (Bourdieu, 1996, p. 61).

Trata-se de uma pesquisa também vinculada à história das disciplinas escolares, campo trabalhado, por exemplo, por Chervel (1990), no qual são analisadas as circunstâncias nas quais as disciplinas são criadas e reconfiguradas, a depender, por exemplo, de demandas locais e sociais. As trajetórias dos docentes aqui estudados apresentam informações importantes a serem consideradas quando discutimos o modo pelo qual o inglês se configurou como objeto de estudo no Brasil do século XIX. Vinão (2008, p. 184), ao relacionar o trabalho de Chervel (1990) com o de Goodson (2000), destaca que, como as disciplinas escolares são reflexos dos movimentos vivenciados pela sociedade, é necessária uma investigação sobre as conexões entre os diferentes atores desse processo, já que existem ligações entre a promoção e o afastamento de algumas disciplinas “[...] na busca de prestígio, respeitabilidade e recursos, os interesses profissionais de quem as compartilham, e o tipo de alunos que, por sua classe social, se dirigem a elas, assim como o destino ocupacional dos mesmos”. Pesquisas sobre a história das disciplinas escolares são de grande relevância, como aponta Cassab (2012, p. 245, grifo do autor), que, ao investigar as produções brasileiras sobre essa temática, destacou que a quantidade de trabalhos nessa área ainda é pequena, principalmente dos pesquisadores que “[...] promovem suas pesquisas a partir do campo de ‘ensino de’ [...]”, ou seja sobre o modo pelo qual uma disciplina é ensinada.

Para a investigação sobre a vida e contribuições dos três professores de inglês selecionados, foram empregadas fontes diversas, tais como a legislação, as obras destinadas ao ensino de inglês e os jornais. Nenhuma dessas fontes foi tratada como verdade absoluta, uma vez que, por exemplo, muitas vezes, uma peça legislativa traz os anseios do legislador, o que, não necessariamente, é colocado em prática. É mister contrastar as determinações impostas, com os materiais produzidos, o

discurso dos autores, coletado nos prefácios e notas do autor, e a voz da sociedade e dos críticos, representada pelos jornais selecionados. Somente com essa triangulação de fontes podemos fazer algumas análises mais aprofundadas sobre o processo educacional estudado, nesse caso, o relacionado ao período oitocentista.

O TENENTE EDUARD COLVILLE E AS AULAS DE INGLÊS NA ACADEMIA MILITAR

A primeira cadeira de ensino de línguas, criada no Brasil Império, está associada ao ensino militar. O decreto de 30 de maio de 1809 foi responsável pela criação de uma cadeira de língua inglesa na Academia Militar da corte, com a nomeação do 2º tenente de Artilharia, Eduardo Thomas Cohill (ou Colville, pois essa grafia também é encontrada na legislação) como lente de língua inglesa, recebendo, para tanto, um ordenado mensal de 20\$000, ou 240\$000 anuais, valor este que deveria ser pago a qualquer outro lente de línguas estrangeiras que a Academia Militar houvesse por bem nomear. Ao que tudo indica, a referida cadeira foi criada ainda sem que houvesse a estrutura para o início, uma vez que, ao final do decreto, tem-se uma pequena observação, destacando-se que o referido lente deveria, “[...] enquanto se não abrirem as aulas da mesma Academia, principiar as suas lições no local, que lhe fôr indicado pelo Tenente General de Artilharia Inspector Geral da mesma arma” (Brasil, 1891, p. 67).

Dois meses após a nomeação do tenente Cohil para a cadeira de língua inglesa da Academia Militar, com o decreto n. 29, de 14 de julho de 1809, foram criadas, na corte, uma cadeira de língua inglesa e uma outra de língua francesa, com a justificativa de serem necessárias e úteis, tendo-se em vista o “[...] aumento, e prosperidade da instrução publica” (Brasil, 1891, p. 29), o que está de acordo com o discurso estabelecido por D. João VI de investir na instrução pública como forma de trabalhar a moral e de preparar o povo para a felicidade da nação, e segue o discurso iluminista que perdurava desde o século XVII. Para as cadeiras criadas, foram nomeados, no mesmo ano, o padre René (Renato) Boiret, para a cadeira de francês, e John (João) Joyce, para o inglês.

Mesmo com a recomendação de que os professores nomeados escrevessem um compêndio a ser utilizado em suas aulas, não temos notícias de nenhuma publicação de John Joyce, que ocupou a cadeira até 1821, ano de seu retorno a Portugal. A sua vaga só foi preenchida, em 1827, pelo padre Guilherme Tilbury (Santos, 2017).

É interessante observar que havia muita dificuldade em suprir as cadeiras de línguas vivas no Império, pela falta de pessoas capacitadas para o ofício, o que pode justificar o porquê da nomeação de muitos padres estrangeiros, como o padre Boiret e o padre Tilbury, para as cadeiras dessas línguas. Um fato interessante pode ilustrar

a necessidade em se utilizar estrangeiros para o ensino de idiomas: adecisão n. 159, de 22 de março de 1833, autorizou a nomeação de Augusto Barellã, por cinco anos, como professor de francês da capital do Império, por “[...] não haver cidadão brasileiro habilitado para o referido contracto” (Brasil, 1873, p. 112).

O tenente Cohil recebia um salário de 240\$000 anuais, quase a metade do destinado ao professor John Joyce (400\$000), e, ao que tudo indica, o valor estipulado para o tenente Eduardo Colville não era do seu agrado, já que, em 02 de setembro de 1814, D. João VI publicou a decisão n. 25, que ratificou o ordenado de 240\$000 mensais, não somente para o suplicante, como para qualquer outro lente que a Academia Militar viesse a ter, reforçando que o valor recebido já englobava o valor devido ao soldo de sua patente (Brasil, 1890a). Esse valor, abaixo do que outros professores receberam para o ensino de línguas estrangeiras, sugere que a cadeira de língua inglesa da Academia Militar pode ter sido garantida por uma pressão política da época, sem que houvesse a real necessidade, uma vez que, em pouco tempo, foi extinta, conforme relatado por Oliveira (2010).

A luta pela manutenção da profissão de lente de língua inglesa pelo tenente Colville está registrada em muitas passagens da legislação brasileira. Como exemplo, as decisões n. 54 e 56, de 2 e 5 de março de 1825, deliberaram sobre a destituição do tenente da Academia Militar para ministrar aulas de inglês na Companhia dos Guarda-Marinha, sob a alegação de que o ensino deste idioma na Academia Militar não se fazia mais necessário (Brasil, 1885). A perda de influência do ensino de língua inglesa é verificada não só pela extinção deste ensino na Academia Militar, como também pela redução do seu ordenado, visto vez que sua gratificação foi cortada à metade, conforme decisão n. 142 de 6 de julho de 1825 (Brasil, 1885).

Ao discorrer sobre a carreira de Colville como lente de inglês na Academia Militar, Oliveira (2010) destacou que, após ter sido dispensado da função, em 1825, Colville continuou exercendo sua atividade docente, por intermédio de aulas avulsas, assegurando, assim, o valor outrora recebido como ordenado pago pelos serviços prestados naquela instituição militar. Meses após ter sido destituído, Colville voltou a ensinar na Academia Militar, o que sugere que houve nova luta pela retomada do seu cargo, que não parecia ser valorizado. É interessante, no entanto, constatar que, com a sua morte, em 1832, o inglês não mais foi ensinado na Academia Militar, talvez por não ter mais quem, constantemente, pressionasse o Império para a manutenção deste cargo. O francês continuou a ser ensinado, o que pode ser justificado, segundo Oliveira (2010), pelo fato de que grande parte dos compêndios utilizados na Academia Militar estava escrito em francês.

Para exemplificar o valor dado ao francês durante todos esses anos, o decreto n. 586, de 19 de fevereiro de 1849, que reformou os Estatutos da Escola Militar, exigia, para a entrada, a idade mínima e máxima de 12 e 16 anos, respectivamente, certidão de bom procedimento emitida pelas escolas frequentadas, ser brasileiro,

saber ler e escrever, aritmética, geografia, gramática portuguesa e conhecimentos de francês (Brasil, 1850), sem que a língua inglesa fosse mencionada.

O decreto n. 2.116, de 1.º de março de 1858, foi responsável por várias mudanças na Escola Militar, atualizando os Estatutos para a instituição, que, mais uma vez, contava com aulas de francês nos cursos preparatórios, sem nenhuma referência ao inglês. Assim, no capítulo II, seção I, inciso 1º, dos referidos estatutos, ficava determinado que o ensino preparatório deveria contemplar aulas de francês e latim, privilegiando a gramática, tradução e leitura; aula de história, geografia e cronologia; bem como aula de aritmética, metrologia, álgebra e geometria (Brasil, 1858).

Nova reforma das Escolas Militares do Império foi observada em 1863, com o decreto n. 3.083, de 28 de abril. A instrução militar foi dividida em Escolas Regimentais, Escolas Preparatórias, Escola Militar e Escola Central, de modo que, no que se refere ao ensino de línguas, apenas as gramáticas portuguesa e francesa foram contempladas, privilegiando-se a tradução e exercícios nas duas línguas. O inglês, mais uma vez, não foi incluído (Brasil, 1863).

A inserção da língua inglesa só voltou a ser legislada em 1874, com o decreto n. 5529, de 17 de janeiro, e a determinação, no artigo 15, de que, na Escola Preparatória, pudessem ser ensinadas, além da gramática portuguesa, as línguas francesa e inglesa, ficando o francês para o primeiro e segundo anos, enquanto que o inglês deveria ser ensinado no segundo (gramática, leitura e versão fácil) e no terceiro (estudo complementar) (Brasil, 1875b).

A história de Eduardo Colville na Academia Militar comprova que, desde a sua nomeação até a sua morte, o tenente passou 23 anos lutando pela reafirmação e manutenção do seu cargo, frente a um salário aquém dos demais pagos em outras instituições de ensino, cortes nos ordenados, bem como destituição no cargo e religamento. Enquanto o inglês passava por todo esse processo de luta, conduzido pelo professor Colville, o francês continuava, ininterruptamente, a ser oferecido nas aulas preparatórias para a Academia. Com a morte de Colville, foram necessários mais 42 anos até que o inglês fosse, novamente, ofertado nos cursos preparatórios para a referida instituição.

PADRE GUILHERME TILBURY E A SUA RELAÇÃO COM O ENSINO DE INGLÊS E FRANCÊS NO SÉCULO XIX

Conforme dados colhidos nos Anais do Parlamento Brasileiro de 1860, O padre irlandês Guilherme Paulo Tilbury assumiu a Cadeira de Língua Inglesa do Seminário Episcopal de S. José, no Rio de Janeiro, por intermédio do decreto de 17 de abril de 1821, em decorrência do retorno do padre John Joyce, que ocupava esta cadeira, para Portugal (Brasil, 1860). Seguindo a orientação contida no decreto de

1809, escreveu um compêndio a ser utilizado em suas aulas, ao contrário do seu antecessor (Santos, 2010).

Em 1827, pelo decreto de 4 de abril, o prestígio de Tilbury foi ainda mais realçado, em decorrência de sua nomeação como mestre de língua inglesa da rainha de Portugal e das Augustas Princesas, justificada, na referida lei, em decorrência de suas luzes e notório conhecimento, com a concessão de 400.000 réis como salário anual (Brasil, 1878). Ao analisar esse valor, é interessante perceber que Eduardo Colville, na mesma época, recebia um pouco mais da metade, para as aulas ministradas na Academia Militar, o que deixa ainda mais evidente a baixa valorização financeira das aulas de língua inglesa ministradas pelo tenente. Os valores recebidos por Tilbury foram ainda maiores, a partir de 7 de agosto de 1827, uma vez que o padre passaria a receber a quantia de 4\$000 adicionais por dia de aula ministrada, como forma de compensação pelos gastos com a locomoção para que as aulas pudessem ocorrer no palácio da Boa-Vista (Brasil, 1878).

Os ordenados dos seis mestres da família imperial foram aumentados em quase 100%, com o decreto de 05 de agosto de 1833. Assim, a partir de então, os referidos mestres passariam a receber 750\$000 anuais, ficando a fazenda pública dispensada de pagar os valores adicionais com o deslocamento para o paço (Brasil, 1873). Além dos ordenados destinados aos mestres de Sua Majestade Real e Suas Augustas irmãs, tem-se registro do pagamento de gratificações na ordem de 350\$000, que, com o decreto n. 115, de 3 de novembro de 1835, foram elevadas para 600\$000 (Brasil, 1864).

Durante o tempo em que Tilbury foi professor público, dois compêndios destinados ao ensino de inglês foram escritos por ele: o primeiro, de 1827, intitulado *Arte Ingleza*, e o segundo, de 1844, *Primeiras regras da língua ingleza, tirada dos melhores authores, e adaptadas ao uso da mocidade brasileira*. Uma cópia da *Arte ingleza* pode ser encontrada no acervo de obras comuns da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em estado avançado de decomposição e com várias páginas bastante desgastadas.

O prefácio da sua primeira obra se constitui em um verdadeiro documento descritivo sobre a relação entre as línguas inglesa e francesa no começo do século XIX, e as utilidades que justificavam os estudos desses idiomas. Tilbury (1827) se refere diretamente ao cenário brasileiro, alegando que uma gramática de inglês é de grande importância para filósofos e teólogos e fundamental para as questões comerciais e, principalmente, para os negociantes, já que os ingleses são os principais fregueses brasileiros. O irlandês destacou que essa posição de destaque da Inglaterra permaneceria assim ‘em quanto a Inglaterra conservar a sua superioridade marítima’. Além da ‘indisputável primazia’ da nação inglesa no que se refere às questões comerciais, o inglês tem, segundo o padre, obras de ciências morais e de política superiores e que as distingue “[...] entre a verdadeira liberdade

social e o desenfreado liberalismo do século”. Percebe-se, claramente, um dos vários argumentos utilizados pelo autor para exaltar a língua inglesa e o seu estudo, em detrimento do francês (Tilbury, 1827, p. 1-2). É curioso, no entanto, perceber que o padre irlandês, escreveu, em 1823, o compêndio *Introduction to the study of the french language* (Santos, 2017), antes mesmo de ter escrito a *Arte Inglesa*, o que pode nos levar a crer que o padre também se dedicava às questões relacionadas ao ensino do francês, mas, para lutar ainda mais pela consolidação do ensino do inglês, precisou colocar a língua de Luis XIV em posição inferiorizada.

O autor apresenta a realidade encontrada no século XIX, na qual o francês já encontra um lugar de destaque e ao inglês cabe papel secundário e, até mesmo, por muitas vezes, negligenciado. Tilbury (1827, p. ii) tenta convencer o leitor a se dedicar ao estudo da língua inglesa, utilizando, para tanto, três argumentos: 1) os textos apresentados nos livros dedicados ao ensino do francês não trazem os seus melhores autores, o que faz com que não seja valioso investir em um estudo em que as obras não são merecedoras de atenção; 2) é necessário lutar contra o liberalismo francês e, neste sentido, nada melhor do que a leitura dos textos ingleses, que se constituem “[...] nos melhores antídotos contra a ímpia Philosophia Franceza, que já entre nós tem ameaçado ao Altar e ao Throno [...]”, em uma clara referência aos inúmeros documentos imperiais em que a nação francesa é declarada inimiga do Brasil, após o auxílio inglês para que a família real portuguesa pudesse ser trazida em segurança ao território brasileiro, em 1808; 3) não por coincidência, muitos dos que causavam perturbação ao Brasil sabiam francês e liam os piores autores franceses, o que, em uma analogia simples, seria suficiente para provar a necessidade de se investir no contraveneno, citado como a língua inglesa.

Seguindo essa linha de raciocínio, o autor chega a mencionar o fato de que um marquês conhecido da época (sem citar nomes) gabava-se pelo filho estar adiantado no estudo da língua francesa, mas, diante do que via ao seu redor, poderia fazer a previsão de que ‘antes do fim do anno não lhe tomará a benção’. Esses argumentos, muito mais emocionais do que racionais, são coroados com uma comparação entre as duas línguas, para que aqueles ainda em dúvida pudessem tomar uma decisão, considerada como sensata. Assim, para o irlandês “[...]’se, como dizem, a França e a Inglaterra são os dois olhos da Europa, para que contentar-se em ver por hum delles só? Ou quando assim se fizer, escolha-se ao menos aquelle que contenha a vista mais comprida” (Tilbury, 1827, p. ii).

Além da luta por espaço explicitada no prefácio de sua obra, encontramos, nos anais oitocentistas do Senado, referência à sua destituição do cargo público de professor e uma série de decisões relacionadas à restituição do cargo perdido, que, segundo relatos, havia sido injustamente retirado. A luta na Câmara e no Senado foi iniciada em 1840, com muitos indeferimentos e discussões (Brasil, 1976).

Em 22 de junho de 1840, o senador José Saturnino da Costa Pereira, em seu parecer, usou o argumento de que era de conhecimento de todos que o governo imperial havia cometido muitas injustiças, algumas já reparadas, e que aquela poderia ser mais uma, já que nenhuma justificativa havia sido dada junto com a demissão, em 1831, mesmo ano em que seu amigo D. Pedro I havia abdicado do seu trono. O parlamentar lembrou que os professores públicos tinham cargos vitalícios, não cabendo destituições injustificadas, e sim suspensões, se este fosse o caso (Brasil, 1978). Tilbury só recuperou seu cargo com o ato do governo imperial de 27 de fevereiro de 1848, sem, no entanto, que a restituição dos salários anteriores fosse assegurada (Brasil, 1875a). Apenas no dia 04 de setembro de 1860, Tilbury conseguiu que os vencimentos fossem pagos, de modo a receber pelo período de 29 de julho de 1831 a 27 de fevereiro de 1848 (Brasil, 1860). O pagamento, no entanto, só foi autorizado na sessão de 7 de maio de 1861 (Brasil, 1861).

Tilbury, que já tinha exposto a sua luta pelo estabelecimento do campo para o ensino da língua inglesa, no prefácio de sua *Arte*, e começava a lutar pela restituição de seu cargo, retirado, segundo ele, injustamente, travava uma nova batalha pela recuperação do seu poder aquisitivo, por intermédio de aulas particulares, anunciadas nos jornais da época. Ao analisar o *Almanak Laemmert* de 1844 a 1850, é recorrente a propaganda feita pelo padre para as suas aulas particulares nas línguas inglesa e francesa. Mesmo criticando o ensino do francês em detrimento do inglês, parece que Tilbury necessitou ofertar as aulas de francês, uma vez que era esta a língua considerada como de acesso à cultura e, portanto, a mais procurada pelos alunos interessados em aprender outro idioma. A maior procura pelo francês pode também ser percebida ao constatarmos que o reverendo dava aulas dessa língua todas as manhãs, enquanto que as aulas de inglês eram ofertadas apenas nas noites de segunda, quarta e sexta. Após o ano de 1850, não foram mais encontradas propagandas das aulas particulares de Tilbury, muito provavelmente em decorrência da recuperação do seu cargo de professor público, em 1848 (Laemmert & Laemmert, 1843; Laemmert, 1850).

A grande influência do francês no Brasil oitocentista pode também ser verificada quando analisamos a quantidade de pessoas que ofereciam seus serviços como professores das duas línguas no *Almanak Laemmert*, no período de 1844 a 1850. No ano de 1844, foram encontrados cinco anúncios para aulas de francês e quatro para as de inglês, tendo Tilbury e mais outro professor ofertado seus serviços para o ensino dos dois idiomas (Laemmert & Laemmert, 1843). A quase que igualdade no número de professores para cada aula pode dar uma ideia de que a procura era igual. No entanto, o crescimento acentuado no número de pessoas interessadas em ensinar francês, nas edições seguintes, pode nos dar uma melhor ideia sobre a grande influência francesa nos estudos da mocidade da corte. Em 1850, tivemos 20 professores de francês e nove de inglês, com três destes ensinando os dois idiomas (Laemmert, 1850). Trata-se de um aumento de 400% no número de

anúncios para o francês, contra um aumento de apenas 100% no que se refere aos serviços educacionais oferecidos na língua inglesa.

JASPER LAFAYETTE HARBEN: PROFESSOR DE INGLÊS, DIRETOR DE EXTERNATO E ADMINISTRADOR DE JORNAL

Jasper Lafayette Harben, nascido nos Estados Unidos, mas naturalizado brasileiro em 1882, teve uma longa carreira no Brasil. Foi professor público habilitado pelo conselho diretor da Instrução Pública da corte, administrou os periódicos *Brazil* e *Diario do Brazil*, ensinou na Escola Industrial e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, e dirigiu o Externato Jasper, de 1870 a 1882 (Oliveira, 2008).

Durante o período em que foi diretor do periódico *Brazil* e, logo em seguida, do *Diario do Brazil*, divulgou sua escola, o Externato Jasper, e parece ter tido sucesso na divulgação, pois, segundo relatos do próprio professor, o seu estabelecimento foi o mais bem-sucedido e com maior número de alunos de todo o império. Em 1878, Jasper lançou o livro *Prosodia inglesa*, que foi bastante divulgado nos jornais que dirigia. No prefácio da obra, o autor destacou o objetivo comercial para o ensino de língua inglesa, realçando a necessidade em se trabalhar com os valores morais para que a mocidade pudesse ser bem instruída. Jasper considerou ter tido sucesso na sua luta pela educação, e destacou que em seus oito anos de carreira como professor, os resultados de seu ensino podiam ser expressos no sucesso obtido pelos alunos “Ahi estão seus alumnos; alguns, ensinando; centenas d’elles, empregados no commercio; e outros muitos na classe escholastica, para attestar a sua dedicação ao magisterio” (Harben, 1878, p. i).

A luta por espaço no contexto educacional também foi retratada por Harben (1878), ao mencionar que havia pouca atenção dada para com o ensino do inglês, e que este ensino deveria ser visto como essencial. O norte-americano culpava as pessoas que não tinham o real conhecimento da importância do inglês como os responsáveis por essa não valorização. O descaso dessas pessoas se dava “[...] por falta d’estes conhecimentos praticos e theoricos” (Harben, 1878, p. vi). O autor se mostrou contrário às práticas educacionais adotadas até então, e que privilegiavam a memorização de regras gramaticais e de vocabulário. Ele defendia um ensino mais funcional, com valorização da pronúncia, em oposição às práticas que valorizavam a tradução.

É sabido que o curso usual de ‘instrucção’ (assim chamada!) na língua inglesa aqui, no Brazil, consiste em fazer o alumno decorar algumas regras da grammatica, traduzir algumas paginas e compor meia-duzia de temas!

Absolutamente nada se faz para ensinar as partes mais essenciaes da língua ingleza; nada absolutamente sobre a philosophia da construção; nada da facilidade de expressão; formas de idioma, formação de estylo, escolha de palavras acertadas, etc., sobre o assumpto importantissimo de versificação, poesia, figuras, etc.

Não há um só livro que explique as diversas formas e variedades de verso inglez. É verdade que se encontra algumas escassas observações em algumas grammaticas inglesas, porém [...] serviriam mais para atrazar do que adiantar o alumno (Harben, 1878, p. vi, grifo do autor).

Trata-se de uma verdadeira ode a um ensino mais comunicativo e prático, que não estivesse ligado à simples memorização de regras e sim à compreensão do funcionamento da língua e formação de gosto linguístico e literário, para que cada aluno pudesse desenvolver seu próprio estilo de escrita e, conseqüentemente, de produção, seja ela escrita ou oral, desvinculando-se da simples tarefa de decodificação e repetição.

Além da luta pelo espaço no contexto do ensino de línguas, muito provavelmente em função da valorização que o ensino de francês tinha, Harben também teve outra luta na sua carreira de professor, ao defender que teve uma avaliação desleal no concurso para o Imperial Collegio de Pedro II, de 1883. Essa história foi narrada pelo próprio professor, no periódico *Diario do Brazil* de 1883, ano em que participou do concurso público para professor do Collegio de Pedro II, e foi aprovado apenas na quarta colocação. Segundo o seu relato, na edição de 15 de junho, Harben havia sido, inicialmente, reprovado por três votos contra dois no concurso para o Pedro II. Pacheco Junior e Thomaz Alves, professores do Collegio, votaram por sua aprovação, mas em decorrência dos votos dos professores Custódio dos Santos, Guilherme Henrique Theodoro Schieflere pelo barão de Tautphoeus, foi inabilitado para o cargo. A mudança de voto de Custódio dos Santos fez com que Jasper Harben fosse aprovado, o que não foi suficiente para ser efetivado no cargo, pois, ao obter a quarta colocação, não conseguiu a tão esperada vaga. Para Harben, a mudança de voto pode ter sido consequência da insatisfação manifestada pelo inspetor geral e peloreitor do Collegio com a reprovação do norte-americano, por conhecerem a sua capacidade (*Diario do Brazil*, 1883).

Harben foi diretor do Externato Jasper de 1870 a 1882 e, segundo o próprio professor, mais de 530 alunos foram aprovados nos exames preparatórios de inglês, com 30 deles tendo recebido aprovação com distinção, o que poderia indicar a habilidade que o professor tinha para o ensino e, talvez, indicar que algo poderia ter acontecido que justificasse uma reprovação inicial, seguida de uma aprovação em apenas quarto lugar. Sentindo-se injustiçado, ele chegou a desafiar que era impossível alguém encontrar “[...] no Rio de Janeiro, no imperio todo, professor que no mesmo tempo tenha dado a metade do numero de estudantes de inglês”. Outro

fato que pode justificar a crença do norte-americano de que seu baixo rendimento no concurso poderia ser fraudulento pode ser encontrado no prefácio de sua *Prosodia* (Harben, 1878), por ter defendido a ideia de que os melhores professores de inglês eram sempre os nativos, o que explicaria a sua recusa em aceitar que não nativos pudessem ter tido rendimento melhor (*Diario do Brazil*, 1883, p. 3).

Ao discorrer sobre a ‘injustiça’ sofrida, Harben (*Diario do Brazil*, 1883) citou a publicação da *Prosodia inglesa* como mais um argumento da sua competência, atestada pelos vários elogios recebidos, segundo o professor, em jornais de circulação tanto do Brasil quanto do exterior. Um sucesso que só não foi repetido, por não ter conseguido a verba para comercializar outro livro produzido. O sucesso de sua obra foi destacado em vários periódicos, como o *Diário do Brazil*, o *Jornal do Commercio*, *A Gazeta de Noticias*, a *Gazeta da Tarde*, o *Cruzeiro*, o *Diario do Rio de Janeiro*, *The British and American Mail* e o *Anglo-Brazilian Times*. O jornal *British and American Mail*, por exemplo, na seção assinada por James E. Hewitt, publicou um texto elogioso a seu compêndio, texto esse que foi reproduzido no *Diario do Brasil*, em 21 de abril de 1882, e no qual Harben foi citado como sendo “[...] um dos mais bem sucedidos, talvez devamos dizer o mais bem sucedido, do grande numero de professores de inglez que se acham na côrte do Rio de Janeiro [...]”, com uma obra que seria bem aproveitada por “[...] qualquer estudante de intelligencia ordinaria” (*Diario do Brazil*, 1882, p. 1-3).

Os dois professores que reprovaram Harben no concurso público para o Pedro II foram duramente criticados e acusados de serem “[...] incapazes de ler correctamente e traduzir dez linhas de inglez e verter outras tantas linhas de portuguez para inglez”. Para que não fosse acusado de caluniador, chegou a solicitar que uma banca fosse constituída para que os seus algozes tivessem a oportunidade de provar o conhecimento que possuíam na língua inglesa (*Diario do Brazil*, 1883, p. 3).

Joseph Hermann, efetivado como professor Catedrático de alemão, grego e história do Collegio de Pedro II, em 1847, e conhecido como o barão de Tautphoeus, foi chamado de ‘velho caduco’ por Harben. O norte-americano alegou não querer diminuir os méritos de Alfred Alexander, aprovado para o referido concurso, e reconheceu que se tratava de um bom conhecedor da língua inglesa. Em sua matéria, buscou encontrar justificativas para o que considerou um erro inconcebível, acusando dois avaliadores de terem se vingado de desavenças passadas. Foi relatado que Custódio dos Santos havia pedido uma vaga de professor para que o irmão ensinasse no externato, tendo sido essa solicitação negada. A mesma situação havia se repetido com Schiefler, cujo pedido de emprego se destinava para um de seus parentes. O seu discurso se constitui, dessa forma, em um desabafo sobre o modo pelo qual ele havia sido tratado e que, supostamente, poderia explicar as suas notas terem sido injustamente diminuídas.

Pela falta de uma réplica por parte dos professores avaliadores, tendo apenas a opinião de Harben e o resultado do concurso sido publicados no *Diário do Brasil* de 15 de junho de 1883, é difícil confirmar as suspeitas de Harber sobre essa suposta injustiça. Fica, no entanto, mais um relato de luta por espaço no ensino de línguas por um professor de língua inglesa que se sente injustiçado, dessa vez pela comissão responsável pela avaliação dos candidatos que prestaram o concurso para professor de língua inglesa do Collegio de Pedro II.

Não se sabe ao certo o porquê de Harben ter passado o seu externato para Hewitt, uma das possíveis hipóteses, levantada por Santos (2017), está relacionada à concessão recebida para exploração de ouro e outros minerais em Cachoeira de Itapemirim - ES, em 1879, em consequência da morte do seu sogro Arthur Mortimer Hanson, o antigo proprietário. Mas o que explicaria o fato de ter repassado o Externato e, no mesmo ano, ter se inscrito para o concurso de professor do Collegio de Pedro II e ter continuado editor do Diário do Brasil? Outras pesquisas são necessárias para que possamos juntar as peças que ainda não estão interligadas na história de Jasper Harben.

Além da *Prosodia inglesa*, Harben escreveu outros livros, como *Rudimentos da língua inglesa*, com seu filho Daniel Eric Boone Harben como coautor. Essa obra foi adotada na Escola Normal, como pode ser comprovada na edição de 1925 da revista *A Escola Normal*, em que, na seção curso de Língua inglesa (3º e 4º anos), há um registro das páginas do livro que deveriam ser estudadas em cada um dos dois anos destacados, com orientações de como as lições deveriam ser dadas. Nesse momento, mesmo sem falar em método de ensino, há a ênfase no método direto, oficial desde a Reforma Francisco Campos, de 1930 (Gomes, 2019). Assim, é colocado que os alunos não poderiam sobrecarregar a memória com ‘inutilidades’, mas deveriam escutar e repetir as palavras apresentadas, para depois escrevê-las, como prescrito no método em questão. Da mesma forma, as ‘saudações usuais’ encontradas em uma sala de aula são apresentadas em língua inglesa, com a orientação de que tudo deve ser falado em inglês. Durante a exposição desse vocabulário, as últimas frases colocadas como exemplo são bastante significativas, por reforçarem a importância em se investir na língua inglesa, por ser o mais sensato para as estudantes da Escola Normal. É dito, então, que “[...] todas as garotas inteligentes da Escola Normal estudam Inglês, porque é muito útil, fácil e necessário para todos os brasileiros” (*A Escola Normal*, 1925, p. 618-620, tradução nossa)¹.

Na edição de 219 da *Gazeta de Notícias*, há também um registro sobre a publicação do *Rudimentos*, com a indicação de ser um livro de 496 páginas ‘inteiramente novo’, útil para o comércio, a indústria e a arte. Trata-se de uma obra voltada para o ensino teórico e prático da língua inglesa, dividida em práxis, tese e

¹ “[...] all intelligent girls in the Normal school study English, because it is so useful, so easy and so necessary for all Brazilians”.

sintaxe, de modo que, na segunda, a pronúncia é trabalhada de forma ‘interessante’, sem ‘fatigar a memória’ (Gazeta de Notícias, 1920). Outros jornais do mesmo ano também fizeram propaganda dessa obra, como é o caso de *O Paiz*, com um texto bastante similar ao apresentado anteriormente, acrescentando que o livro estava sendo vendido na livraria Francisco Alves, e uma das características que o diferenciava de outras publicações, como o *Matriculation English Course*, de 1918, publicado pela Universidade de Londres, era que o livro de Harben não possuía erros gramaticais, o que era recorrente nos outros materiais (O Paiz, 1920, p. 5).

Segundo o catálogo geral da Livraria Garnier, de 1913, Harben chegou a publicar duas outras obras: *Postillas da grammatica ingleza* e *The anglo-brazilian Garland, of short letters and descriptions ou a variety of useful and instructive subjects, de acordo com o novo programma da instrucção publica* (Catalogo Geral, 1913). Não foi encontrada a informação referente ao ano dessas publicações, mas no prefácio de sua *Prosodia ingleza*, Harben (1878) já sinalizava o interesse de publicação de outros escritos seus. Diante das inúmeras atribuições do norte-americano, destaca-se a sua luta constante pela sua inserção no ensino da língua inglesa, seja por intermédio dos compêndios publicados e a valorização da língua, nos prefácios escritos, seja pelos periódicos que administrou e a valorização sempre dada ao inglês, seja pelo sonho constantemente anunciado de ver uma de suas obras indicadas nos Programas de Ensino do Collegio de Pedro II, o que não foi concretizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando analisamos a historiografia educacional do século XIX, no que se refere ao ensino de línguas vivas, temos a clara noção da importância ocupada pela língua francesa, em detrimento do inglês. As oportunidades para o ensino do inglês eram bastante inferiores, e a valorização dada pela sociedade girava em torno do idioma do requinte, da sofisticação e do glamour, já que o inglês era visto como uma língua inferior. As obras francesas eram as preferidas pela sociedade oitocentista brasileira, conforme destacado em vários romances desse recorte temporal, mas a maior quantidade de pessoas vindas da Inglaterra para o Brasil fez com que, aos poucos, o povo começasse a imitar os hábitos ingleses e a língua começasse a chamar a atenção. No entanto, apenas a quantidade maior de estrangeiros não é suficiente para explicar uma mudança no cenário educacional, com quantidades maiores de aulas de inglês sendo ofertadas no Collegio de Pedro II nas décadas finais do século XIX.

Para a reconstrução dos fatos históricos que podem explicar a ascensão da língua inglesa, as finalidades de ensino podem ser utilizadas, já que, com a vinda da família real para o Brasil, o aumento do comércio com os ingleses fez com que uma nova necessidade surgisse, e a língua não poderia ser um entrave. Não podemos, no

entanto, acreditar que os professores ficaram à espera dessa mudança, sem que um papel ativo fosse percebido. Os professores, por intermédio dos prefácios de suas obras e de colunas escritas em jornais, participaram desse processo, exaltando o valor da língua inglesa. Ao compará-la com o francês, explicações nem sempre científicas foram utilizadas para provar que o inglês era superior ao francês. Foi exatamente isso que fez Tilbury (1827) e Harben (1878).

Ao investigarmos as biografias dos professores aqui elencados, percebemos que a presença deles foi essencial para a alavancada dada pelo inglês, e que essa luta não se restringiu somente a uma tentativa de convencimento da sociedade da utilidade da língua inglesa e o porquê da preferência por esse estudo. Colville teve que lutar com a Academia Militar para que as aulas de inglês pudessem ser ofertadas, já que muitas foram as tentativas de ofertar apenas francês, o que ocorreu quando da morte do tenente. Esse fato comprova a força dos professores oitocentistas nessa busca pela valorização do ensino de inglês, já que apenas o discurso da finalidade não era suficiente para que a profissão fosse assegurada.

Tilbury (1827) contribuiu muito nessa luta pelo ensino de inglês, por intermédio do discurso insistente de valorização da língua no prefácio de sua *Arte inglesa*. A valorização de Tilbury pôde ser comprovada ao percebermos o apreço que tinha da família real e, em especial, de D. Pedro I. No entanto, com o período regencial, perseguições políticas fizeram com que ele perdesse o seu cargo, mesmo sendo vitalício, o que o levou a abrir um processo pela restituição do cargo e dos vencimentos, o que ocorreu apenas em 1861. Essa história de luta deve ser contada, para que possamos conhecer um pouco as histórias de lutas dos professores nas suas jornadas profissionais.

Jasper Harben teve uma trajetória de sucesso no ensino de língua inglesa, o que pode ser comprovado ao verificarmos o número de alunos que passaram por seu externato e o alcance que seu estabelecimento de ensino teve, na segunda metade do século XIX. No entanto, a necessidade de investir na valorização da língua inglesa ainda se fazia presente, o que fez com que o autor, no prefácio de sua *Prosodia inglesa* (Harben, 1878), ainda tivesse que destacar o valor da língua inglesa, em detrimento do francês, utilizando, mais uma vez, o valor da literatura e da utilidade de ensino. A luta contra uma suposta injustiça cometida, foi, mais uma vez, travada com os estabelecimentos de ensino, dessa vez o Collegio de Pedro II, ou melhor, com alguns professores do colégio, acusados de reprová-lo em decorrência de uma possível vingança.

Apesar da riqueza de informações, apenas o estudo da legislação não seria capaz de nos auxiliar na compreensão do cenário educacional do século XIX. A triangulação de dados com prefácios de obras didáticas e jornais publicados faz com que possamos coletar informações, comparar e contrastar resultados e encontrar possíveis explicações para fatos ainda não totalmente compreendidos. Quanto

maior o número de fontes primárias utilizadas, mais pistas e indícios teremos (Ginzburg, 2001), mais resultados serão coletados e mais conclusões poderão ser obtidas.

REFERÊNCIAS

- Bourdieu, P. (1996). *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer* (Pref. Sérgio Miceli). São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo.
- Brasil. (1850). *Collecção das decisões do governo do Imperio do Brasil de 1849* (Tomo XII, Parte II).
- Brasil. (1858). *Collecção das leis do Imperio do Brasil de 1858* (Tomo XIX, Parte II).
- Brasil. (1860). *Annaes do Senado do Imperio do Brasil. Quarto anno da decima legislatura* (Sessão 1860, do 1º a 31º de julho, Vol. III).
- Brasil. (1861). *Annaes do Parlamento Brasileiro. Primeiro anno da undecima legislatura* (Sessão de 1861, Tomo I).
- Brasil. (1863). *Collecção das leis do Imperio do Brasil de 1863* (Tomo XXVI, Parte II).
- Brasil. (1864). *Collecção das leis do Imperio do Brasil de 1835* (Parte primeira).
- Brasil. (1873). *Collecção das leis do Imperio do Brasil de 1833* (Parte II).
- Brasil. (1875a). *Collecção das leis do Imperio do Brasil de 1874* (Tomo XXXVII, Parte II).
- Brasil. (1875b). *Annaes do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Sts. Deputados. Terceiro ano da nona legislatura* (Sessão de 1855, Tomo quarto).
- Brasil. (1878). *Collecção das leis do Imperio do Brasil de 1827* (Parte II).
- Brasil. (1885). *Collecção das decisões do Governo do Imperio do Brasil de 1825*.
- Brasil. (1890a). *Collecção das leis do Imperio do Brasil de 1814* (Parte II).
- Brasil (1891). *Collecção das leis do Brasil de 1809: índice das decisões*.
- Brasil. (1976). Boletim bibliográfico, Volumes 37-38. Biblioteca Municipal Mário de Andrade.

- Brasil. (1978). *Anais do Senado do Império do Brasil. Sessão Legislativa Ordinária – 4ª Legislatura* (Sessões de junho de 1840).
- Cassab, M. (2012). A produção em história das disciplinas escolares pela escrita de pesquisadores brasileiros. *Revista Brasileira De História da Educação*, 10(2 [23]), 225-251.
- Catalogo geral*. (1913). Rio de Janeiro, RJ: Livraria Garnier.
- Chervel, A. (1990). História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa (Guacira Lopes Louro, trad.). *Teoria & Educação*, (2), 177-229.
- Diario do Brazil*, (1882, 21 de abril). Anno II, n. 72.
- Diario do Brazil*. (1883, 15 de junho). Anno III, n. 86.
- A Escola Normal. (1925). *Revista de Educação*, 1(12).
- Gazeta de Noticia*. (1920, 10 de agosto). Ano XLV, n. 219.
- Ginzburg, C. (2001). *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história* (2a ed.). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Gomes, R. B. (2019). *Americanismo e antiamericanismo: o ensino de inglês no Brasil de 1931 a 1951* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.
- Goodson, I. F. (2000). *El cambio enelcurrículum*. Barcelona, ES: octaedro.
- Hamilton, D. (2001) *Notas de lugar nenhum: sobre os primórdios da escolarização moderna* (Luiz Ramires, trad.). *Revista Brasileira de História da Educação*, (01), 45-73.
- Harben, J. L. (1878). *Prosodia ingleza: novo methodo para aprender a pronunciar e fallar com facilidade todas as palavras da língua ingleza*. Rio de Janeiro, RJ: Em Casa do Auctor.
- Hunt, L. (1992). *A nova historia cultural* (Jefferson Luis Camargo, trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Laemmert, E. (1850). *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o Anno de 1850*. Decimo Setimo anno.

Laemmert, E., & Laemmert, H. (1843). *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o Anno Bissexto de 1844*. Primeiro anno.

Oliveira, B. A. (2008). Alguns dados históricos da vinda de norte-americanos ao Brasil no Séc. XIX. Recuperado de:
<http://www.pibrj.org.br/historia/arquivos/DadosImigracaoAmericana.pdf>

Oliveira, L. E. M. (2010). Gramatização e escolarização: contribuições para uma história do ensino das línguas no Brasil (1757-1827) (1a ed.). São Cristóvão, SE: Editora UFS.

O Paiz. (1920, 16 de julho). Anno XXVI, n. 13.063.

Santos, E. M. (2017). *Entre a tradição e a inovação: professores e compêndios de inglês do século XIX* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

Santos, E. M. (2010). *As reformas pombalinas e as gramáticas inglesas : percursos do ensino de inglês no Brasil (1759-1827)* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

Tilbury, G. P. (1827). *Arte inglesa, oferecida ao illustrissimo Senhor Visconde de Cayru*. Rio de Janeiro, RJ: Typographia Imperial e Nacional.

Vinão, A. (2008). A história das disciplinas escolares (Marina Fernandes Braga, trad.). *Revista Brasileira de História da Educação*, (18), 173-215.

ELAINE MARIA SANTOS é graduada em Letras Português-Inglês, mestre em Letras e doutora em Educação pela UFS. É membro do Núcleo de Estudos de Cultura de Sergipe (NEC-UFS) e Grupo de Pesquisa sobre Políticas Linguísticas e de internacionalização da Educação Superior (GPLIES). A professora da Universidade Federal de Sergipe é a coordenadora geral do Idiomas sem Fronteiras-UFS e foi professora visitante da New York University (FulbrightAlumni).

E-mail: elainemaria@academico.ufs.br
<https://orcid.org/0000-0001-6376-2932>

Recebido em: 14.06.2020

Aprovado em: 12.10.2020

Publicado em: 28.01.2021

Editor-associado responsável:

Cláudia Engler Cury (UFPB)

E-mail: claudiaenglercury73@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0003-2540-2949>

Como citar este artigo:

Santos, E. M. Os primeiros professores de língua inglesa do século XIX: lutas pela valorização do idioma. (2021). *Revista Brasileira de História da Educação*, 21. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v21.2021.e164>

Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).